



Pelas dez horas do dia 17 de Fevereiro do ano de dois mil e dezassete, reuniu, em Fátima, na Casa de Nossa Senhora do Carmo, com a presença de 58 associados, a Assembleia-Geral Ordinária da AIC, com a seguinte agenda de trabalhos:-----

1. Leitura e aprovação da acta da última Assembleia Geral; 2. Apresentação e aprovação do Relatório de Actividades de 2016; 3. Apresentação, discussão e aprovação do Balanço e da Demonstração dos Resultados das Contas do Exercício de 2016, acompanhados do parecer da Direcção e do Conselho Fiscal; 4. Apresentação e aprovação do Orçamento Previsional e do Plano de Actividades para 2017; 5. Outros assuntos.-----

O vice-Presidente da Assembleia Geral, Pe. Manuel Correia Fernandes, deu as boas vindas ao grande número de associados que marcaram presença, lotando a sala. O vice-Presidente da AG conduziu os trabalhos devido à ausência, justificada por motivos de doença, do Presidente da AG, Cón. João Aguiar Campos. -----

De seguida, o secretário da Assembleia Geral leu a Acta, que foi aprovada por unanimidade, tendo o vice-Presidente da AG sublinhado o registo cuidadoso sobre a última Assembleia Geral que a Acta revela.-----

Avançou-se para a discussão do segundo ponto, com a Dra. Maria da Conceição Vieira, da direcção da AIC, a fazer um sublinhado das acções mais importantes realizadas e registadas no Relatório de Actividades de 2016, que foi cumprido apesar dos obstáculos e das dificuldades financeiras, destacando: o diálogo de proximidade entre a AIC e os associados, apelando a uma participação activa, colaboradora e crítica; o desenvolvimento e aperfeiçoamento da página de partilha digital de fotografias; a edição em papel do jornal “Mais Informação”, e as edições digitais em formato Newsletter, enviadas regularmente a todos os associados; a dinamização da página de internet da AIC, mantendo-a actualizada; realização da AG e de reuniões sectoriais pelas várias regiões; participação nas reuniões das CCDR’s; realização de reuniões para preparar o próximo Congresso da AIC, a realizar em 2017; apoio mais próximo e mais cuidadoso a alguns associados que se debateram com a reclassificação abusiva da sua publicação pela ERC; diálogo com as entidades competentes, como o Bispo responsável pela tutela e com o presidente da ERC; as audiências com o senhor Presidente da República e com o senhor Ministro da Cultura; manutenção dos protocolos existentes; entre outras actividades. Neste ponto, o presidente da Direcção, Pe. Elísio, recordou que na defesa dos interesses dos associados da AIC, esta Associação tem trabalhado em parceria com a Associação Portuguesa de Imprensa (API), porque acredita que trabalhar em conjunto dá mais força às actividades realizadas. Por seu turno, o vice-Presidente da AG informou a Assembleia que está em fase de constituição uma nova Associação de Imprensa Regional, a ANIR – Associação Nacional de Imprensa Regional, que debate problemas semelhantes com os da AIC, como por exemplo, a distribuição da publicidade institucional. Depois destas notas, o Relatório de Actividade de 2016 foi aprovado por unanimidade.-----

Depois, decorreu a Apresentação, discussão e aprovação do Balanço e da Demonstração dos Resultados das Contas do Exercício de 2016, acompanhados do parecer da Direcção e do Conselho Fiscal. A Dra. Maria da Conceição Vieira sublinhou alguns aspectos do relatório da Direcção, destacando o resultado negativo de -4.029,25 euros, assim como os juros alcançados nos depósitos a prazo. A responsável disse ainda que o deficit continua a dever-se à quebra de receitas provenientes das quotas dos associados e também às despesas com deslocações. O vice-Presidente da AG fez um apelo para que os associados paguem as suas quotas, pois a AIC não tem outras fontes de receita. O Pe. Elísio referiu também que em 2016, seguindo a recomendação da anterior AG, a Direcção fez um esforço para recuperar quotas em atraso, sendo que apesar dos esforços, os resultados não foram os desejáveis, apesar de algo se ter recuperado. Apesar de se poder cancelar os sócios em dívida, a diminuição do número de associados fragiliza a AIC. Neste sentido, referiu que a Direcção vai continuar a fazer este esforço de recuperar as quotas, sendo que em algum caso se perdeu a dívida ou parte dela perante o compromisso do pagamento começar a ser feito a tempo e horas. Este tema gerou algum debate entre os associados, com várias observações, tendo o associado LOC feito a

sugestão de se fazer um plano de pagamentos para as quotas atrasadas para os associados que se encontram nessa situação. De seguida, o presidente do Conselho Fiscal da AIC, Cón. Fernando Monteiro leu o Parecer do Conselho Fiscal, que sugere um esforço em tentar aumentar as receitas relativas ao Congresso, saudando a diminuição do valor das quotas em atraso em relação ao ano anterior verificada. No entanto, o Conselho Fiscal acha que este valor continua a ser alto em relação ao valor das cotizações anuais. Contudo, o Conselho Fiscal propôs a aprovação das contas referente ao ano de 2016, propondo ainda que seja concedido um voto de louvor à Direcção pelo seu empenho, dedicação e competência. Este voto de louvor foi aprovado por unanimidade. Por seu turno, o vice-Presidente da AG da AIC propôs também um voto de louvor ao Conselho Fiscal, o que foi também aprovado. Por fim, o Balanço e a Demonstração os Resultados das Contas do Exercício de 2016 foram aprovados por unanimidade.-----

De seguida, a Direcção, perante as questões dos associados em relação às quotas em atraso, informou que dos 170 sócios activos da AIC, 30 têm as quotas em atraso há mais de 2 anos. O Pe. Elísio questionou a AG sobre a possibilidade de um aumento das quotas, recordando que, por exemplo, a API fica com uma percentagem dos benefícios que os associados têm com a cláusula 5ª, algo que AIC nunca pensou em fazer. Entretanto, o Cón. Salvador dos Santos sugeriu que, em vez do aumento das quotas, em 2017, a título excepcional e de forma voluntária, cada associado pagasse uma quota extra, ou seja, pagar um 13º mês. Colocadas mais algumas questões e sugestões de vários associados sobre este assunto, colocou-se à votação o aumento de quotas, proposta que foi rejeitada por maioria. A proposta do pagamento de uma quota extra, em 2017, foi também votada, tendo sido aprovada por maioria, com três votos contra. A proposta da Direcção de fazer um plano de pagamentos para os associados que têm quotas em atraso foi aprovada por unanimidade.-----

Por fim, aconteceu a apresentação e aprovação do Orçamento Previsional e do Plano de Actividades para 2017. A Dra. Maria da Conceição Vieira sublinhou que entre as actividades para 2017 se destaca: fomentar o espírito associativo e criar dinâmica entre os associados e a Direcção; dialogar com as entidades competentes; realizar o Congresso em Outubro, assinalando os 25 anos da AIC. Em relação ao Orçamento Previsional, o Pe. Elísio explicou o valor significativo de 11500 euros na rubrica Deslocações e Estadas, esclarecendo que este valor se deve ao facto de aqui se enquadrar a gratificação dada ao dedicado funcionário da AIC, sr. César Gomes. Os associados sugeriram que ao Plano de Actividades se acrescentem as propostas já aprovadas nesta AG. Em relação às despesas previstas para o Congresso, o Cón. Fernando Monteiro apresentou a disponibilidade de a Gráfica do Diário do Minho, à semelhança do que aconteceu no último Congresso, assumir as despesas com a impressão do material tipográfico e das actas do Congresso. Gesto que a Direcção prontamente agradeceu. Colocados à votação, o Orçamento Previsional e o Plano de Actividades para 2017 foram aprovados por unanimidade.

No último ponto, outros, assuntos, o Pe. Elísio agradeceu a presença de todos, o que é importante e é uma demonstração de força por parte da AIC, dado que depois de um breve intervalo, decorreria a sessão com o Presidente da ERC, professor Carlos Magno, no sentido de esclarecer a questão da reclassificação das publicações, que é abusiva, injusta e que foi feita de forma pouco transparente pois desconhecem-se os critérios seguidos para aquela reclassificação. “Querem-nos meter na sacristia”, sublinhou o Pe. Elísio, acrescentando que “tem uma intenção clara”, sendo que essa tentativa “não é da parte da actual Direcção da ERC, mas sim dos serviços da Entidade Reguladora da Comunicação Social”.

Por fim, o vice-Presidente da Assembleia-Geral voltou a agradecer a presença massiva dos associados nesta AG, e recordou novamente o cón. João Aguiar, pedindo aos associados que rezassem uma Avé-Maria por ele, o que aconteceu.-----

Sem outros assuntos a tratar, o Pe. Manuel Correia Fernandes deu por concluída a Assembleia Geral. A presente acta, depois de lida, vai ser assinada pelo presidente da mesa e por mim que a elaborei.-----

- Pe. Manuel Correia Fernandes (assinatura): Manuel Correia Fernandes
- Pedro Miguel Dias da Conceição (assinatura): Pedro Miguel Dias da Conceição